

DEPOIMENTO

## A AGB E O PENSAMENTO GEOGRÁFICO NO BRASIL

*Manuel Corrêa de Andrade\**

### A GEOGRAFIA E A ELABORAÇÃO DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO

Ao refletirmos sobre a elaboração do pensamento geográfico brasileiro e o espaço nacional não devemos nos restringir apenas aos trabalhos específicos de geógrafos ou das instituições geográficas. Isto porque o pensamento geográfico se difunde antes e provoca o surgimento do saber geográfico específico e das instituições que o cultivam.

Ao estudarmos a bibliografia de interesse geográfico, a respeito do espaço brasileiro, observamos que muito antes de a geografia haver se consagrado como uma das ciências sociais, os problemas geográficos já eram abordados por escritores os mais diversos. No caso brasileiro, há um rico manancial de conhecimentos e de proposições geográficas nas obras dos cronistas coloniais que descreveram o Brasil, deslumbrados com as paisagens tropicais - Pero de Magalhães Gandavo, Gabriel Soares de Souza, Frei Vicente do Salvador, Hans Staden, etc - ou interessados em fornecer informações pragmáticas aos reis e aos grandes grupos de comerciantes da época - Américo Vespucci e Adrien Van der Dussen. No século XVIII, trabalho bem mais elaborado foi escrito pelo jesuíta italiano, Antonil<sup>1</sup> em que não só descreve a paisagem brasileira como analisa os sistemas de exploração da terra e regionaliza as atividades econômicas.

No início do século XIX, cientistas, viajantes e comerciantes se estabeleceram no país e, ao lado das atividades que desenvolviam, escreveram livros e depoimentos sobre as áreas que conheciam, oferecendo dados da maior importância para o conhecimento das condições naturais dominantes e da possibilidade de sua exploração agrícola e mineral. Alguns desses livros se tornaram famosos e servem, nos dias de hoje, de fonte para os estudos

---

\*Geógrafo, foi Presidente da AGB no período 1961/1962.

<sup>1</sup>ANTONIL, A. I. - *Cultura e Opulência do Brasil em suas Drogas e Minas*. São Paulo, Melhoramentos, s/d.

não só geográficos, como de todas as ciências sociais. Os estudos de Henry KOSTER<sup>7</sup>, por exemplo, são tão detalhados e, a partir deles, se pode fazer uma monografia sobre as estruturas geográficas do Nordeste do Brasil no início do século XIX. Ensaístas como Gilberto FREYRE, em *Casa Grande & Senzala* e *Sobrados e Mocambos*, e Caio PRADO JÚNIOR, em *Formação do Brasil Contemporâneo*, utilizaram largamente os cronistas para recolher subsídios acerca das relações entre sociedade e natureza, no passado brasileiro.

Os grandes ensaístas brasileiros do período Imperial e da Primeira República, ao analisarem problemas específicos de história e de política, ligaram as suas descrições e conclusões a problemas e aspectos que caracterizam hoje as formulações geográficas. Entre outras, pode-se destacar a obra de Joaquim NABUCO, que em *Um Estadista do Império* já discutia o caráter feudal ou capitalista da agricultura de *plantation*; de Euclides da CUNHA, que ao escrever *Os Sertões*, analisou o problema do fanatismo e da guerra religiosa, descrevendo a Terra em que ela se procedeu e o Homem que foi ator e vítima dessa guerra, mostrando a dualidade existente entre o homem urbano e o rural brasileiro; de Alberto Torres, ao procurar desenvolver uma ideologia da organização nacional, e de Manuel Bonfim, que bem caracterizou, em grandes ensaios, as verdadeiras raízes das diferenças de classe social no Brasil, e de numerosos outros autores que poderiam ser citados por sua contribuição geográfica.

Delgado de CARVALHO, com o seu livro *O Brasil Meridional*, é considerado o iniciador dos estudos de geografia científica no Brasil e o nosso primeiro geógrafo. Ele se antecipou ao que ia ocorrer após a Revolução de Trinta e, condicionado por ela, com o pensamento geográfico no Brasil, possibilitou a institucionalização da Geografia como Ciência a ser estudada em nível superior e a ser aplicada à problemática nacional.

Não se pretende discutir, aqui, se a Revolução de Trinta foi uma revolução, uma contra-revolução ou um golpe de estado, mas constatar que ela provocou transformações na sociedade brasileira que contribuíram para que o estudo das ciências sociais fossem estimulados, e se criassem universidades e instituições de pesquisas.

A análise dessa Revolução e de suas conseqüências, não deve se restringir aos problemas políticos ligados à centralização e descentralização administrativa e à intensificação da penetração do estado na economia nacional. Deve-se reportar também às inovações que se procederam no campo das ciências.

---

KOSTER, *U. Viagens ao Nordeste do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1934.

No campo da geografia surgiram, nos anos Trinta, instituições, como a Universidade do Distrito Federal e a Universidade de São Paulo (USP), com cursos específicos, em nível superior, sobre esta disciplina, além do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com o fim de fazer o Censo Demográfico de 1940, levantar a Carta do Brasil ao Milionésimo e realizar pesquisas de campo sobre as várias regiões brasileiras. Foi da fermentação dessas idéias que, em 1934, em São Paulo, um grupo de estudiosos se reuniu e, sob a liderança do geógrafo Pierre Deffontaines, fundou a Associação dos Geógrafos Brasileiros. Deste pequeno grupo de pioneiros, estudantes ou professores da Universidade de São Paulo, participaram, entre outros, o geógrafo, economista e historiador Caio Prado Júnior e o documentalista Rubens Borba de Moraes; fundaram uma revista, *Geografia*, que teve apenas oito números editados, mas que por sua importante contribuição à geografia nascente no Brasil, deveria hoje ser assunto de análise e reflexão.

#### A CONTRIBUIÇÃO DA AGB AO DESENVOLVIMENTO DA GEOGRAFIA BRASILEIRA

A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), apesar da denominação, durante muitos anos foi uma instituição paulista, uma vez que ela promovia as reuniões de seus sócios em São Paulo, discutia problemas e publicava artigos sobre geografia, sobretudo da população, agrária e urbana. O grande tema geopolítico, que empolgara ensaístas brasileiros da década de Vinte, como Everardo Backheuser, Teixeira de Freitas, Lysias Rodrigues, etc. não foi absorvido pelo grupo agebeano. O fato é que estes autores tinham uma maior preocupação política e centravam os seus ensaios na direção de uma redivisão territorial do Brasil, profundamente radical, a fim de destruir os chamados sentimentos regionais, que contrariavam o núcleo de intelectuais profundamente comprometidos com suas origens. Eles defendiam uma centralização política que fatalmente conduziria a uma ditadura de direita; eram muito influenciados também pelas teorias deterministas de Ratzel, enquanto o Brasil, que importara professores franceses para fundar os seus cursos de Geografia - Pierre Deffontaines, Pierre Monbeig e Francis Ruellan, entre outros -, orientou-se, a partir daí, para o ambientalismo e para a geografia regional de Vidal de la Blache.

A influência francesa na geografia se estenderia por mais de vinte anos, sendo mais acentuada aqui do que na própria França. Daí o fato de grupos de geógrafos, em suas teses de doutorado na USP e em seus artigos na *Revista Brasileira de Geografia*, do IBGE, terem muita preocupação com o que chamavam "geograficidade", escoimando dos seus ensaios definições e

comprometimentos políticos e sociais. Observa-se que apesar de Josué de Castro ter conquistado a Cátedra de Geografia Humana na Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), nunca foi muito bem aceito pela AGB, que não lhe concedeu o título de sócio efetivo. Josué, que se formara em uma Faculdade de Medicina e que fora levado à geografia pelas suas preocupações com o problema alimentar, ousou, na década de Quarenta, analisar o problema da fome no Brasil<sup>3</sup> e relacionar o mesmo com as estruturas econômicas e sociais do país. Orlando Valverde, apesar de geógrafo do IBGE, também fugiu à regra e ao "patrulhamento da geografi- cidade", mas convém lembrar que ele recebeu uma influência decisiva da escola geográfica alemã, através da obra de seu mestre Leo Waibel.

Só em 1944 é que a AGB tornou-se verdadeiramente nacional, depois que os geógrafos de São Paulo se reuniram com os do Rio de Janeiro e iniciaram um trabalho de cooperação, a partir da Assembléia Geral reunida em Lorena. Em sua organização, a associação foi profundamente aristocrá- tica, para não dizer oligárquica, de vez que estabeleceu duas categorias de sócios, os efetivos, com direito pleno, e os cooperadores, formados por todas as pessoas interessadas pelo estudo da Geografia, mas que não tinham uma obra específica na área. Em geral, o sócio se iniciava como cooperador e só passava a efetivo se os efetivos resolvessem elegê-lo para o "clube fechado". Este sistema tinha dois fins: 1º evitar que intelectuais não geógrafos chegassem a posições de controle e direção da sociedade, a nível nacional; 2º fazer uma espécie de patrulhamento científico, a fim de que a sociedade mantivesse, até certo ponto, uma linha uniforme de pensamento. Evitava-se, assim, de uma só vez, os aventureiros, os incompetentes e os que tinham divergências epistemológicas e metodológicas.

Como todo processo é dialético, sendo difícil estabelecer uma separação rígida entre o ser e o não ser, as estruturas foram sendo quebradas e alguns geógrafos, com preocupações filosóficas e sociais, conseguiram alcançar a posição de sócios efetivos. Esta ruptura do sistema resultou da própria evolução dos geógrafos ligados ao IBGE, à USP e a outras universidades e instituições de pesquisas que enfrentaram em suas pesquisas de campo e em suas reflexões filosóficas desafios do social e do político.

Naquele período, a AGB realizou um notável trabalho de reconheci- mento do país, promovendo em suas assembléias gerais, anuais, tanto o de- bate de trabalhos apresentados por seus associados, como realizando traba- lhos de pesquisas na cidade em que o encontro se realizava e em seus arredores. Como as assembléias eram quase sempre realizadas em cidades de médio e pequeno portes, situadas em áreas ainda pouco estudadas, esses relatórios,

---

CASTRO, J. de. *Geografia da Fome: a Fome no Brasil*. Rio de Janeiro 1941.

em grande parte publicados nos Anais dos Encontros, se constituem, hoje, documentos básicos ao conhecimento da geografia das áreas estudadas; são importantes ainda para se conhecer a metodologia empregada nos trabalhos de campo e para se analisar as linhas de pensamento dos geógrafos que os produziram.

A criação de faculdades de Filosofia, Ciências e Letras nos vários estados do país, deu origem à formação de novos núcleos de estudo e pesquisa que secundaram e consolidaram os trabalhos desenvolvidos nas duas então metrópoles nacionais - Rio de Janeiro e São Paulo -, destacando-se sobretudo os do Recife, de Salvador, de Belo Horizonte e de Curitiba. A geografia começava a conquistar espaços e incorporava pessoas de formações as mais diversas. No caso pernambucano, graças à influência de Gilberto Freyre e do então Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (atual Fundação Joaquim Nabuco), desenvolveu-se uma linha ecológica com a realização de estudos sobre a poluição dos cursos d'água da "Zona da Mata" pelos resíduos lançados nos mesmos pelas usinas de açúcar e destilarias de álcool. A análise ecológica levou, naturalmente, à preocupação com o social como se observa nos ensaios publicados na época<sup>4</sup>.

Nas décadas de Quarenta e de Cinquenta, observava-se uma grande influência francesa na geografia brasileira, mas ela apresentava nuances e divergências, conforme os trabalhos fossem produzidos nas universidades, visando à produção de teses, dissertações e comunicações para as reuniões científicas ou em instituições governamentais e de pesquisas, que tinham preocupações mais pragmáticas. A AGB, com suas reuniões, era o ponto para onde convergiam os trabalhos e as tendências dominantes na geografia. Sua importância cresceu de tal modo que provocou a necessidade de se repensar a Associação, uma vez que não se poderia mais limitar a presença a apenas 100 geógrafos; com o crescimento do número de participantes, sentiu-se a necessidade de limitar a participação de estudantes.

Outra importante função da AGB, em um período em que só havia cursos de pós-graduação na USP - especialização e possibilidade de obtenção do doutorado -, era a de que, nas reuniões por ela promovidas, os geógrafos, sobretudo os mais jovens, espalhados por todo o Brasil, tinham oportunidade de aperfeiçoar e aprofundar os seus conhecimentos. A USP e o IBGE costumavam enviar ao exterior, com bolsas de estudos, candidatos para o aperfeiçoamento e titulação. Mais uma vez era a França e em seguida os Estados Unidos os países procurados pelos pós-graduandos.

---

<sup>4</sup>ANDRADE, G. O. de e ANDRADE, M. C. de - *Os Rios do Açúcar do Nordeste Oriental*. 4 volumes: *O Rio Ceará-Mirim*, 1953, *O Rio Mamanguape*, 1954, *O Rio Paraíba do Norte*, 1956 e *Os Rios Corwripe, Jequiá e São Miguel*, 1957. Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1953/1957.

## O PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA AGB

O processo de democratização da AGB começou a ser realizado na década de Sessenta, quando os sócios efetivos não puderam conter a pressão dos estudantes e dos novos geógrafos, desejosos de participarem dos eventos e da direção da sociedade. Daí a reforma estatutária de 1970, quando os sócios efetivos foram substituídos pelos titulares, sendo esta categoria não mais privativa de um grupo fechado, mas estendida a todos os profissionais de geografia, planejadores, pesquisadores e professores de ensino superior e médio.

A partir daí, as Assembléias Gerais foram substituídas pelos Encontros Nacionais que passaram a agrupar centenas de geógrafos e a se realizar em grandes cidades que pudessem atender à demanda de participantes. Do ponto de vista epistemológico e metodológico, a geografia viveu, nos anos setenta, uma grande fermentação e luta, nem sempre científica, mas partidária. Os geógrafos sentiam que o período de reconhecimento do território nacional e dos estudos monográficos urbanos e regionais, desligados de ideologias, estava ultrapassado e passaram a procurar novos paradigmas para as suas pesquisas. Carlos Augusto Figueiredo MONTEIRO, em estudo marcante<sup>5</sup>, debateu exaustivamente o problema. A procura de caminhos, em um momento de crise política e científica, levou a posições as mais diversas; alguns grupos aderiram à metodologia em voga no mundo anglo-saxônico, com dominância estatística, enquanto outros grupos, com a formação filosófica e ideológica dialética, procuraram desenvolver estudos nos quais utilizavam a "praxis" como metodologia; estes, ligados a pensadores positivistas, mas não quantitativistas, formaram uma minoria de resistência ao processo de matematização.

Foi uma época em que o IBGE, a Universidade Estadual Paulista (UNESP) Campos de Rio Claro e, até certo ponto, a UFRJ, desenvolveram estudos e publicaram numerosos trabalhos baseados na quantificação, desprezando e condenando todo o passado do conhecimento geográfico. A Associação de Geografia Teórica, com o seu Boletim, foi um baluarte radical deste movimento.

A resistência foi feita pelos não teoréticos, em publicações esparsas no *Boletim Paulista de Geografia*, cujo nº 54 é um marco de resistência e afirmação.

As divergências se acentuavam devido ao fato de vivermos um período ditatorial e de estar a comunidade geográfica politicamente dividida, além de

---

<sup>5</sup>MONTEIRO, C. A. F. *A Geografia no Brasil (1934-1973): Avaliação e Tendências*. São Paulo. Instituto de Geografia da USP, 1980.

haver entre os vários centros uma luta por obtenção de posições e de verbas para pesquisas.

Com o correr dos anos, numerosos geógrafos quantitativistas foram compreendendo que a metodologia adotada era insuficiente e que outros paradigmas deveriam ser utilizados, enquanto os seus opositores, passada a fase aguda da luta, compreenderam que o uso da matemática e da estatística era inaceitável como fim, mas era de grande utilidade como meio, podendo ser utilizado sem os excessos anteriores<sup>6</sup>. A luta amainou do ponto de vista científico, mas se exacerbou do ponto de vista político. O choque decisivo se deu no Encontro Nacional de Fortaleza, de 1978, quando a comunidade se viu fortemente dividida e os estudantes, muitos deles não associados à AGB, passaram a controlar o processo decisório. Veio depois a reunião administrativa de São Paulo, realizada em 1980, quando o poder foi conquistado pelos grupos estudantis apoiados por alguns geógrafos e professores.

## O DOMÍNIO DO POPULISMO

O grande debate surgido nos fins dos anos Setenta era saber se o geógrafo era o produtor de geografia e o professor que a transmitia em suas aulas ou se era qualquer pessoa que se interessasse por geografia. Na segunda posição defendia-se que o estudante, ao ser aprovado no vestibular de geografia, já era um geógrafo, embora não se aceitasse que o estudante de medicina fosse médico ou o de direito fosse advogado.

Grupos pressionaram a direção da AGB e se apossaram do poder, fazendo uma reformulação dos seus estatutos a fim de dar todo poder aos jovens. E o fizeram impedindo que a AGB se tornasse uma associação de profissionais - os estudantes não podem se inscrever no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA), e exercer a profissão antes de concluir o curso - para se tornar uma associação cultural. Os seus encontros passaram a congrega milhares de associados e os trabalhos apresentados foram compulsoriamente publicados. Ganhando a Associação, quantitativamente, mas perdendo qualitativamente, passou, a partir daí, a ser também um referencial político.

Passada, porém, a primeira fase de grande confusão e de baixa do nível científico, a AGB começou a recuperar-se, sobretudo nas presidências de Orlando Valverde, José da Silva e Aríete Moisés, continuada por Armando Corrêa da Silva, conciliando suas estruturas populistas a uma maior preocupação científica. Passou-se também na associação como no mundo universitário, da pesquisa e do planejamento, a se fugir da dicotomia entre

---

<sup>6</sup>SANTOS, M. -*Por Uma Geografia Nova*. São Paulo. HUCITEC/EDUSP, 1978.

quantitativismo e geografia crítica - nome dado a todos aqueles com formações as mais diversas e que se opunham ao exagero da quantificação da ciência geográfica - para uma maior diversidade de linhas de pensamento filosófico e científico. Assim, além da permanência do grupo quantitativista com posições mais mitigadas, desenvolveram-se linhas de trabalhos mais específicas, como a da geografia da percepção, influenciada por Kant, a da linha neo-positivista, que advoga o princípio da modernidade, ligado ao chamado neo-liberalismo, a linha ecológica, voltada para a defesa da natureza, a linha marxista ortodoxa, que procura aplicar o pensamento marxista como um dogma à análise da realidade geográfica e a linha marxista moderna, que utiliza os métodos marxistas sem aceitar a existência de uma doutrina, quase religiosa, marxista.

Os vários grupos têm divergências dentro das universidades e das fundações científicas, mas perderam, em sua maioria, as posições de combate; hoje, há uma tendência a se discutir com mais serenidade as divergências existentes; e a AGB, dirigida por pessoas menos comprometidas com dogmas e imposições, torna-se, naturalmente, um centro de convergência para os estudos e os debates. E este é o papel que ela tem a desempenhar com o apoio de sua direção.

Já houve quem afirmasse que o Brasil "tem muita geografia e pouca história", face à sua grande extensão territorial e à sua juventude como país. Esquece, quem fez a afirmativa, que a história brasileira não deve ser limitada apenas aos cinco séculos posteriores à conquista portuguesa porque ela foi realizada também pelos indígenas que os portugueses aqui encontraram.

Esta afirmativa, porém, apesar de injusta, é da maior importância porque com dimensões continentais e as grandes diversificações regionais, o Brasil é um grande desafio a todos os cientistas, sobretudo aos geógrafos. Certas áreas do país vêm sendo estudadas em profundidade, embora com metodologias diferentes, nos últimos cinquenta anos e já são relativamente conhecidas; em outras áreas, porém, como o Nordeste Ocidental, o Norte e grande parte do Centro-Oeste só agora começam a se desenvolver instituições geográficas que necessitam uma mais rápida intensificação. Acreditamos que a AGB tem um grande papel a desempenhar na intensificação dos estudos e pesquisas dessas áreas, procurando acabar ou pelo menos atenuar as desigualdades regionais do conhecimento geográfico. E isto pode ser feito através da realização de reuniões regionais e de encontros nacionais nas áreas carentes, no apoio aos grupos emergentes existentes e no apoio aos trabalhos de pesquisas. Ela perdeu algumas funções, como a de suprir a pós-graduação, de maneira informal, quando as universidades não haviam entrado nesta área, mas continua a ter grande importância como difusora do

conhecimento geográfico e como estimuladora de estudos e de pesquisas, tanto no campo da produção como no da difusão científica.

As instituições vivem por decênios até séculos quando são capazes de se adaptar às novas realidades e desenvolver as atribuições necessárias à comunidade. O espaço e o tempo, categorias filosóficas, são fundamentais ao desenvolvimento do conhecimento científico e à permanência das instituições.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, G. O. de e ANDRADE, M. C. de - *Os Rios do Açúcar do Nordeste Oriental - 4 v. O Rio Ceará -Mirim, 1953; O Rio Mamanguape, 1954; O Rio Paraíba do Norte, 1956 e Os Rios Coruripe, Jequiá e São Miguel, 1957* - Recife - Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais - 1953/1957.
- ANTONIL, A. J. *Cultura e Opulência no Brasil em suas Drogas e Minas*. São Paulo. Melhoramentos, s/d.
- CARVALHO, D. de. *Le Brésil Meridional: étude économique* - Rio de Janeiro. SCP. 1910.
- CASTRO, J. de *Geografia da Fome: a Fome no Brasil*. Rio de Janeiro - 1941.
- CUNHA, E. de. *Os Sertões (Campanha de Canudos)* - Rio de Janeiro. Francisco Alves Editora - 1923.
- FREYRE, G. *Sobrados e Mocambos* - São Paulo - Nacional. 1936.
- Casa Grande e Senzala* - Rio de Janeiro - José Olympio Editora, 1959.
- KOSTER, H. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. São Paulo. Nacional, 1934.
- MONTEIRO, C. A. F. *A Geografia no Brasil (1934 - 1973): Avaliação e Tendências*. São Paulo. Instituto de Geografia - USP. 1980.
- NABUCO, J. *Um Estadista do Império*. 3 v. Rio de Janeiro/Paris - H. Garnin - 1897/99.
- PRADO JR. C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo. Brasiliense. 1981. 9ª ed.
- SANTOS, M. *Por Uma Geografia Nova*. São Paulo. HUCITEC. 1978. Periódicos:
- Geografia* - Associação dos Geógrafos Brasileiros - São Paulo
- Revista Brasileira de Geografia* - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro

*Boletim Paulista de Geografia - Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção São Paulo. São Paulo.*

*Boletim de Geografia Teorética. Associação de Geografia Teorética. Rio Claro - SP.*

**RESUMO**

*O autor apresenta seu ponto de vista sobre a história da AGB, marcando, nas etapas que define, as contribuições da entidade na produção da geografia brasileira. Assim, destaca a influência francesa, o período dos trabalhos de campo nas Assembléias Gerais Anuais e o processo de democratização da AGB. Estabelece, ainda, uma avaliação da produção da geografia brasileira para cada período proposto.*

**ABSTRACT**

*The author demonstrates his point-of-view concerning the history of the A. AGB (Brazilian Geographers' Association), pointing out, in the periods he defines, its contributions to the production of Brazilian geography. Thus, he outlines the french influences, the field work period during the yearly general meetings, and the democratization process in AGB. He also establishes an evaluation of the Brazilian geographic production for each proposed period.*

*Palavra-chave: história da geografia produzida no Brasil, história da Associação dos Geógrafos Brasileiros, influência da AGB na geografia brasileira.*

*Key words: history of the geography produced in Brazil - history of the AGB (Brazilian Geographers' Association) - AGB's influence in brazilian geography.*